

Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas

Encontro sobre a situação do sector têxtil  
Guimarães – 12 mar. 2019

António Monteiro - Diretor

Senhor Presidente e senhores Deputados da Comissão Parlamentar  
de Economia, Inovação e Obras Públicas

Senhores Presidentes e Autarcas dos Municípios de Guimarães, Fafe e Vizela

Senhores representantes das entidades presentes

A CPPME agradece o convite endereçado para participar neste Encontro sobre a situação do têxtil nesta região.

Na Audição que esta Comissão nos concedeu na Assembleia da República no passado dia 8 de Janeiro, alertámos os senhores deputados sobre o conhecimento que tínhamos de situações gravosas de empresas têxteis subcontratadas, em condição iminente de encerramento, caso não fossem tomadas medidas para salvar este sector.

O sector da confecção de vestuário tem sido o mais fustigado, fruto da sua "profunda dependência económica" de grupos multinacionais.

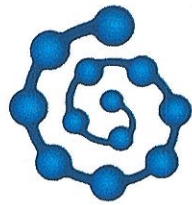
Em causa estão, essencialmente, micro empresas que trabalham em regimes de subcontratação, "sem qualquer regulamentação ou normas" que as protejam das "arbitrariedades" dos contratantes, " os grupos multinacionais, cuja quebra de encomendas vem provocar sérias dificuldades e ameaças a este sector.

Nessa altura mais de uma dezena de empresas já tinha fechado portas nos concelhos de Fafe, Guimarães e Vizela, todos no distrito de Braga.

Hoje a situação é bem mais grave.

Se é verdade que muitas confecções, cortes e embalagens fecharam, muitas mais estão na iminência de fechar no final deste mês tendo em conta que, os agentes do grupo INDITEX (diga-se provedores) continuam a desviar as maiores encomendas para Marrocos, Tunísia e Turquia e só depois destes mercados cheios é que, deixam algumas peças, poucas em Portugal ou então, quando por razões de bordados, estamparia ou tingimentos é que ficam por cá, mas com preços de Marrocos.

Daí que muitas empresas vão fechar nos próximos dias, pois não facturam para suportar as despesas



# CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,  
Pequenas e Médias Empresas

É de facto imperioso tomar medidas porque há empresas a ser apoiadas pelo 20/20 e que estão a colocar quase tudo fora do país.

Há empresas que deslocaram toda produção para Marrocos tais como APOCARGI, que ficou apenas com 4 pessoas de corte e 3 de escritório, deixando dezenas de confecções e embalagens sem trabalho.

Outras como a POLOPIQUÊ em Vizela, que já teve mais 50 confecções e dezenas de embalagens. Actualmente dá trabalho apenas a 5 ou 6 e o restante segue para Marrocos. Situação que se repete em Guimarães com a F. MODA, FERMIR, IRMÃOS MADUREIRA, etc. ou em Fafe com a RAMIRO CARVALHO, APIPUNTO, STORIA de MODA, NOGUEIRA MONTEIRO e muitas mais.

Diga-se que todos os agentes aproveitam os mercados mais favoráveis, deixando o mercado nacional, para segundo plano, para trabalhar sazonalmente, de meados de março a agosto. Já no último trimestre de 2017 e no primeiro de 2018, desapareceu quase por completo o trabalho. Esta tendência tem-se repetido e agravado todos anos, são 3,4,5 e 6 meses á deriva. Desta forma acabam com as confecções e depois já podem dizer que tem que recorrer fora para fazer as encomendas.

A CPPME apela a esta comissão aos senhores autarcas e senhores deputados para que tenham estes factos em consideração, e estamos disponíveis para participar como parceiros na resolução deste flagelo.

Senhores deputados,

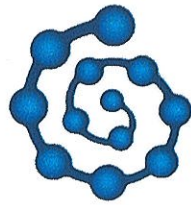
A razão de ser deste Encontro é de primordial importância pois trata-se de refletir sobre um problema, uma triste realidade para a qual urge ter respostas que contribuam para pôr fim a tão gravosa situação, não só para o desenvolvimento económico e social da região, como do nosso País.

O peso das Micro Pequenas e Médias Empresas no tecido económico nacional é de tal maneira grande (*são 99,9% das empresas não financeiras, sendo responsáveis por cerca de 80% dos postos de trabalho e por mais de 50% do volume de negócios*).

No Vale do Ave, onde nos encontramos, das 38.974 empresas existentes em 2015, 36.532 eram Micro, 2.056 Pequenas e 351 Médias empresas. As grandes empresas eram 35.

As empresas dos Concelhos de Guimarães Fafe e Vizela representam mais de 54% do tecido empresarial da Região do Ave.

As empresas do Ave empregavam mais de 152.500 trabalhadores, destes 74.453 (49%) nas indústrias transformadoras.



# CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,  
Pequenas e Médias Empresas

No que respeita ao Valor de Negócios num total de mais de 11 milhões de euros, cerca de 6 milhões era proveniente das indústrias transformadoras.

As Micro e Pequenas empresas do setor da confecção do vestuário estão enraizadas, quer nas áreas urbanas, quer nas rurais destes concelhos. Por isso é obrigatório tudo fazer para travar a sua extinção. Elas são essenciais para a economia regional, enquanto entidades que criam trabalho e riqueza, evitando mais desemprego, mais emigração forçada e situações de extrema pobreza. Elas contribuem para fixar população, condição fundamental para os desafios de Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território.

Como se comprova pelos dados existentes estes 3 Concelhos não pode haver reflexão sobre desenvolvimento, deixando de fora este setor empresarial e as suas organizações representativas, entre elas a sua Confederação.

Senhores Deputados e senhores Autarcas,

A salvaguarda do setor têxtil passa sobretudo pelo apoio aos Micro e Pequenos Empresários. São necessárias respostas concretas aos problemas das empresas subcontratadas.

Assim a CPPME traz a este Encontro como contributo, 4 Propostas:

1 - Desenvolvimento de um contrato obrigatório entre a multinacional e a subcontratada, na base de modelo formalizado por lei, onde fiquem estabelecidos: dimensão da encomenda, preço por peça, prazos, normas de qualidade, condições sociais da subcontratada, caução mínima (adiantada) a prestar pela multinacional para o risco de qualquer desistência e corte da encomenda (25 a 40%) e seguro de risco;

2 - A criação de um Fundo de Segurança de Subcontratação, a ser gerido pelo Ministério da Economia/IAPMEI, com base numa participação de Fundos Comunitários - base para a sua criação - 0,5% da encomenda por parte da subcontratada, e 2,5% por parte da contratante, para assegurar apoios por períodos limitados (3 meses) por interrupção extraordinária/abrupta de encomendas, para despesas fixas da subcontratada (não para a mão-de-obra). Não deverá ser obrigatório para as MPE, mas só teriam direito aos apoios as que aderissem;

3 - Criação de uma Comissão Arbitral com a presença do IAPMEI, representante das subcontratadas e representante das multinacionais, para decidir de forma rápida e barata conflitos, sem pôr em causa o recurso a tribunais;

4 - Criação de um fundo específico para a formação profissional tendo em conta que praticamente apenas as Micro empresas é que tem formado costureiras, sem que tenham algum tipo de compensação, as maiores apenas admitem com experiência.

A terminar reafirmo que a CPPME, continuará junto da Assembleia da República, do Governo e do Poder Local a reclamar a concretização de medidas direccionadas fundamentalmente para o sistema produtivo nacional, que promovam políticas que garantam a sustentabilidade das Micro, Pequenas e Médias empresas, de forma a garantir a criação de empregos, com direitos e a dinamização da economia local.